



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL  
ASSESSORIA DE JULGAMENTO DE AUTOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA - ASJIN

**DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 1639/2018**

PROCESSO Nº 00065.095029/2013-30  
INTERESSADO: AERO TAXI MARINETE LTDA

Brasília, 28 de julho de 2018.

1. Trata-se de recurso interposto por AERO TAXI MARINETE LTDA em face da decisão de 1ª Instância proferida pela Superintendência de Padrões Operacionais em 08/12/2015, que aplicou pena de multa no valor mínimo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a infração identificada no Auto de Infração nº 8979/2013, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com fundamento na alínea "o" do inciso III do art. 302 do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA (Lei nº 7.565/86), c/c alínea "a" do art. 21 da Lei do Aeronauta (Lei nº 7.183/84) - *permitir extrapolação de jornada regulamentar de aeronauta*, consubstanciada essa no crédito registrado no Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC sob o número 652504160.

2. De acordo com a proposta de decisão [**Parecer nº 1522/2018/ASJIN - SEI nº 2062601**]. Ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tomando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999. Consideradas as atribuições a mim conferidas pela Portaria da ANAC nº 1.518, de 18/05/2018, c/c art. 17-B, inciso V, alínea "a" da Resolução Anac nº 25, de 2008, c/c art. 30 do Regimento Interno da Anac (Resolução Anac nº 381/2016) e Portaria nº 128/ASJIN, de 13/01/2017, **DECIDO**:

- Monocraticamente, que a empresa **AERO TAXI MARINETE LTDA SEJA NOTIFICADA ACERCA DA POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO DA MULTA**, em razão da não incidência de circunstâncias atenuantes previstas no §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 na dosimetria da pena de multa da infração prevista na alínea "o" do inciso III do art. 302 do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA (Lei nº 7.565/86), c/c alínea "a" do art. 21 da Lei do Aeronauta (Lei nº 7.183/84), de forma que, *querendo*, venha apresentar no prazo de 10 (dez) dias suas alegações, cumprindo-se, com isto, o disposto no artigo 64 da Lei 9.784/1999.

3. À Secretaria.
4. Notifique-se.
5. Publique-se.

*Cassio Castro Dias da Silva*

SIAPE 1467237

Presidente da Turma Recursal do Rio de Janeiro



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Castro Dias da Silva, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil**, em 02/08/2018, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2062614** e o código CRC **75A0204C**.



**PARECER N°** 1522/2018/ASJIN  
**PROCESSO N°** 00065.095029/2013-30  
**INTERESSADO:** AERO TAXI MARINETE LTDA

## **PROPOSTA DE DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA – ASJIN**

**AI:** 8979/2013 **Data da Lavratura:** 01/07/2013

**CANAC piloto:** 601484

**Crédito de Multa n°:** 652504160

**Infração:** *permitir extrapolação de jornada regulamentar de aeronauta*

**Enquadramento:** alínea "o" do inciso III do art. 302 do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA (Lei n° 7.565/86), c/c alínea "a" do art. 21 da Lei do Aeronauta (Lei n° 7.183/84)

**Data da infração:** 12/02/2013 **Hora:** 19:55 **Local:** Rio de Janeiro - RJ

**Proponente:** Henrique Hiebert - SIAPE 1586959

### **INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de Recurso interposto por AERO TAXI MARINETE LTDA em face de decisão proferida no Processo Administrativo em epígrafe, originado do Auto de Infração n° 8979/2013 (fl. 01), que capitulou a conduta do interessado na alínea "o" do inciso III do art. 302 do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA (Lei n° 7.565/86), c/c alínea "a" do art. 21 da Lei do Aeronauta (Lei n° 7.183/84), descrevendo o seguinte:

Data da infração: 12/02/2013 Hora: 19:20 Local: Rio de Janeiro - RJ

Descrição da ocorrência: EXTRAPOLAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

HISTÓRICO: Durante os dias 05/06/2013 a 07/06/2013 foi realizada AUDITORIA ACOMPANHAMENTO na empresa AERO TÁXI MARINETE, no Aeroporto de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. Durante os dias supracitados, foram recolhidos cópias dos diários de bordo, onde constatou-se que o tripulante extrapolou a jornada de trabalho, consistindo procedimento dissonante ao que estabelece a lei n° 7.183 art. 21 alínea "a" que limita em onze horas o limite de jornada de trabalho se integrante de uma tripulação simples.

2. À fl. 02, relato da fiscalização desta Agência a respeito da auditoria realizada de 05/06/2013 a 07/06/2013 na empresa autuada.

3. À fl. 03, detalhes do aeronavegante Max de Souza Mendes no sistema SACI.

4. Às fls. 04/05, cópia de páginas do Diário de Bordo da aeronave PT-YGB referentes ao dia 12/02/2013.

5. Notificado do auto de infração em 18/07/2013, conforme Aviso de Recebimento à fl. 06, o Interessado apresentou defesa em 05/08/2013 (fls. 07/10). No documento, dispõe que *"no dia 12/02/2013 houveram várias contratações de voos, sendo que devido a quantidade voos houve uma interrupção no horário de 10:45h às 15:00h, estando pousado em SBJR, na sede da empresa, conforme informações prestados no Diário de Bordo, as folhas 235 e 236, neste espaço de tempo o tripulante teve sua*

*liberação, estando a mesma prevista como intervalo programado da missão contrato".* Pelo exposto, entende que a jornada de trabalho regulamentar não foi excedida, tendo em vista a existência de interrupção programada da mesma, requerendo assim a extinção do processo. A defesa junta ao processo cópia de páginas do Diário de Bordo da aeronave PT-YGB referentes ao dia 12/02/2013.

6. O setor competente, em decisão motivada (fls. 14/16), proferida em 08/12/2015, confirmou a existência de ato infracional, pela autuada *permitir extrapolação de jornada regulamentar de aeronauta*, com base na alínea "o" do inciso III do art. 302 do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA (Lei nº 7.565/86), c/c alínea "a" do art. 21 da Lei do Aeronauta (Lei nº 7.183/84), e após apontar a presença de uma circunstância atenuante e nenhuma circunstância agravante, aplicou multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), o valor mínimo previsto para o item "o", código INI, da Tabela III (III – INFRAÇÕES IMPUTÁVEIS À CONCESSIONÁRIA OU PERMISSONÁRIA DE SERVIÇOS AÉREOS) do Anexo II da Resolução nº 25/2008, em vigor à época.

7. Notificado da decisão de primeira instância em 14/01/2016, conforme Aviso de Recebimento à fl. 21, o interessado protocolou Recurso em 22/01/2016 (fls. 22/35). No documento, requer a anulação do auto de infração e alega:

7.1. preliminarmente, ilegitimidade passiva: cita a alínea "p" do inciso II do art. 302 do CBA para dispor que *"nos casos de excesso dos limites e horas de trabalho somente o aeronauta quem deve responder por sua conduta, não seu empregador, pela separação expressa do operador da aeronave e do aeronauta"*.

7.2. preliminarmente, erro na tipificação: entende que *"a conduta apresentada atinge a Autuada na condição de operadora e não na de permissionária, devendo assim incidir a conduta específica para o presente caso, o Art. 302, II, p da Lei 7.565/86"*. Entende ainda que o texto da alínea "p" do inciso II do art. 302 do CBA se encontra presente na Resolução nº 25/2008, porém fazendo referência à alínea "n" do inciso II do art. 302 do CBA, aplicável na situação de infração das normas e regulamentos que afetem a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de voo.

7.3. preliminarmente, deficiência de fundamentação: alega que a refutação dos argumentos defensivos na decisão de primeira instância *"foi realizada de maneira genérica, a partir do fato em que se limita a afirmar que as provas acostadas pela Autuada não são suficientes para comprovar a adequação das instalações para repouso dos tripulantes, não explicando o porquê de tal insuficiência"*. Requer que a decisão seja anulada, de modo a respeitar o princípio constitucional da ampla defesa.

7.4. do mérito: repete os argumentos já apresentados em defesa e dispõe que *"argumentar que a própria residência do piloto não possui instalações adequadas para sua hospedagem, vai de encontro aos Artigos da CRFB mencionados, a partir da presunção, de acordo com o preceituado pela CRFB, que as instalações oferecidas ao tripulante possuem condições mínimas ao repouso durante o intervalo entre as jornadas, fazendo jus ao acréscimo da jornada de trabalho prevista no Art. 21, §1º da Lei 7.183/84"*. Refuta ainda suposto trecho da decisão que argumenta que a autuada não apresentou provas de que o tripulante se dirigiu à própria residência e que se tal fato fosse verdade, a responsabilidade por tal ato seria exclusiva do piloto, não cabendo ao Interessado imputação de responsabilidade por isso. Dispõe que a decisão busca a apresentação de uma prova impossível aos autos, aduzindo ainda a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Em último caso, solicita que a gradação da pena seja mantida no valor mínimo previsto na Resolução nº 25/2008.

8. Tempestividade do recurso certificada em 05/09/2016 - fl. 36.

9. Em 06/03/2018, lavrado Termo de Encerramento de Trâmite Físico (SEI 1564037).

10. Em 12/04/2018, lavrado Despacho de distribuição à Relatoria (SEI 1709882).

11. É o relatório.

## PRELIMINARES

### 12. *Regularidade processual*

13. O interessado foi regularmente notificado quanto à infração imputada em 18/07/2013 (fl. 06), tendo apresentado defesa em 05/08/2013 (fls. 07/10). Foi, ainda, regularmente notificado quanto à decisão de primeira instância em 14/01/2016 (fl. 21), protocolando seu tempestivo Recurso em 22/01/2016 (fls. 22/35), conforme Despacho à fl. 36.

14. Desta forma, aponto a regularidade processual do presente processo, a qual preservou todos os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitou, também, aos princípios da Administração Pública, estando, assim, pronto para, agora, receber uma decisão de segunda instância administrativa por parte desta ASJIN.

## MÉRITO

### 15. *Quanto à fundamentação da matéria - permitir extrapolação de jornada regulamentar de aeronauta*

16. Segundo os documentos juntados ao processo, no dia 12/02/2013, o tripulante Max de Souza Mendes (CANAC 601484), operando a aeronave PT-YGB, executou jornada de trabalho superior à descrita na Lei nº 7.183, de 05 de abril de 1984, artigo 21, alínea "a", infringindo assim a legislação vigente.

17. Diante da infração do processo administrativo em questão, a autuação foi realizada com fundamento na alínea "o" do inciso III do art. 302 do Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA (Lei nº 7.565/86), c/c alínea "a" do art. 21 da Lei do Aeronauta (Lei nº 7.183/84). A alínea "o" do inciso III do art. 302 do CBA dispõe o seguinte, *in verbis*:

CBA

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

o) infringir as normas que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta ou de aeroviário;

18. Observa-se que a Lei nº 7.183, de 05/04/1984, a qual regula o exercício da profissão de aeronauta, dispõe sobre a jornada de trabalho, apresentando, em seu art. 20, a seguinte redação:

Lei nº 7.183/1984

**Art 20 - Jornada é a duração do trabalho do aeronauta, contada entre a hora da apresentação no local de trabalho e hora em que o mesmo e encerrado.**

§ 1º - A jornada na base domiciliar será contada a partir da hora de apresentação do aeronauta no local de trabalho.

§ 2º - Fora da base domiciliar, a jornada será contada a partir da hora de apresentação do aeronauta no local estabelecido pelo empregador.

§ 3º - Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, a apresentação no aeroporto não deverá ser inferior a 30 (trinta) minutos da hora prevista para o início do voo.

**§ 4º - A jornada será considerada encerrada 30 (trinta) minutos após a parada final dos motores.**

(grifo nosso)

19. Quanto à duração da jornada de integrante de uma tripulação simples, o art. 21, letra "a", da mesma Lei, apresenta o disposto *'in verbis'*:

Lei nº 7.183/1984

Art. 21 A duração da jornada de trabalho do aeronauta será de:

a) 11 (onze) horas, se integrante de uma tripulação mínima ou simples;

b) 14 (quatorze) horas, se integrante de uma tripulação composta; e

c) 20 (vinte) horas, se integrante de uma tripulação de revezamento.

§ 1º Nos vôos de empresa de táxi aéreo, de serviços especializados, de transporte aéreo regional ou em vôos internacionais regionais de empresas de transporte aéreo regular realizados por tripulação simples, se houver interrupção programada da viagem por mais 4 (quatro) horas consecutivas, e for proporcionado pelo empregador acomodações adequadas para repouso dos tripulantes, a jornada terá a duração acrescida da metade do tempo de interrupção, mantendo-se inalterado os limites prescritos na alínea "a" do art. 29 desta Lei.

§ 2º Nas operações com helicópteros a jornada poderá ter a duração acrescida de até 1 (uma) hora para atender exclusivamente a trabalhos de manutenção.

(grifos nossos)

20. Cabe ainda menção à Resolução ANAC nº 25, de 25/04/2008, que estabelece em seu Anexo II a Tabela III (III – INFRAÇÕES IMPUTÁVEIS À CONCESSIONÁRIA OU PERMISSONÁRIA DE SERVIÇOS AÉREOS), aplicável ao caso em tela, que apresentava à época dos fatos, em seu item "o", a infração, conforme disposto *in verbis*:

Resolução ANAC nº 25/2008

ANEXO II

(...)

Tabela III (III – INFRAÇÕES IMPUTÁVEIS À CONCESSIONÁRIA OU PERMISSONÁRIA DE SERVIÇOS AÉREOS)

(...)

INI - o) Infringir as normas que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta ou de aeroviário;

(...)

21. Considerando o exposto, verifica-se a subsunção dos fatos descritos no AI nº 8979/2013 à capitulação disposta no Auto de Infração e na decisão de primeira instância.

22. **Contudo, antes de decidir o feito há uma questão que deve ser tratada por esta Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância.**

23. Deve-se verificar a possibilidade de correção da dosimetria da sanção aplicada ao ato infracional imputado. O Código Brasileiro de Aeronáutica dispõe, em seu art. 295, que a multa será imposta de acordo com a gravidade da infração. Nesse sentido, a Resolução ANAC nº 25, de 2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil determina, em seu art. 22, que sejam consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes na imposição da penalidade pecuniária. Assim, como dispõe sobre o mesmo tema o art. 58 da Instrução Normativa (IN) nº 08 da ANAC.

24. Com relação à dosimetria da penalidade pecuniária para a infração cometida por pessoa jurídica, a previsão da Resolução ANAC nº 25/2008 para capitulação na alínea "o" do inciso III do art. 302 do CBA, relativa à conduta descrita neste processo, é a de aplicação de multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no patamar mínimo, R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no patamar intermediário e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no patamar máximo.

25. Na decisão de primeira instância foi identificada presente a circunstância atenuante prevista no inciso III do §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 e do §1º do art. 58 da IN ANAC nº 08/2008, qual seja, "a inexistência de aplicação de penalidades no último ano". Apesar disso, vislumbra-se a não ocorrência desta atenuante, pois conforme SEI 2062610, em consulta ao Sistema Integrado de Gestão de Crédito (SIGEC) realizada em 27/07/2018, verifica-se que já existia penalidade aplicada em definitivo ao interessado devido a ato infracional ocorrido no período de um ano encerrado em 12/02/2013 (que é a data na qual se consumou a infração ora analisada), quando prolatada a decisão de primeira instância por multa.

26. Desta forma, no caso em tela, entende-se não ser cabível considerar a aplicação de

qualquer circunstância atenuante, sendo possível que a multa seja aumentada quando da decisão de segunda instância.

27. Diante do exposto, e ante a possibilidade de decorrer gravame à situação do interessado, em cumprimento com o disposto no parágrafo único do artigo 64 da Lei 9.784/99, entende-se necessário que ele seja cientificado para que venha a formular suas alegações antes da decisão desse Órgão.

Lei nº 9.784

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

28. Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

29. Importante observar o prazo total de 10 (dez) dias para que o Interessado, querendo, venha a se pronunciar quanto à possibilidade de decorrer gravame à sua situação.

30. Desta forma, deixo de analisar o mérito para sugerir a proposta de decisão.

## **CONCLUSÃO**

31. Pelo exposto, sugiro para que se notifique o Interessado ante a possibilidade de decorrer gravame à sua situação, em função da necessidade de correção do valor da multa imposta no processo em tela, de forma que o mesmo, querendo, venha no prazo de 10 (dez) dias, formular suas alegações, cumprindo, assim, o disposto no parágrafo único do artigo 64 da Lei nº 9.784/99.

32. **É o Parecer e Proposta de Decisão.**

33. **Submete-se ao crivo do decisor.**

34.

**HENRIQUE HIEBERT**

**SIAPE 1586959**



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Hiebert, Especialista em Regulação de Aviação Civil**, em 27/07/2018, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2062601** e o código CRC **BE984E74**.



Superintendência de Administração e Finanças - SAF  
Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade - GPOF

Impresso por: ANAC\henrique.hiebert

Data/Hora: 27-07-2018 16:55:47

Dados da consulta  Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: AERO TAXI MARINETE LTDA

Nº ANAC: 30000192945

CNPJ/CPF: 01693041000173

CADIN: Não

Div. Ativa: Sim - EF

Tipo Usuário: Integral

UF: RJ

Receita	NºProcesso	Processo SIGAD	Data Vencimento	Data Infração	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Chave	Situação	Valor Débito (R\$)
9081					0,00	05/11/2012	744,96	0,00			0,00
9081					0,00	08/11/2012	3.724,80	0,00			0,00
2081	<u>619437080</u>		20/02/2009		R\$ 3.200,00		0,00	0,00	01693041	CA	0,00
2081	<u>626783111</u>		03/05/2012		R\$ 4.000,00	22/02/2012	1.000,00	1.000,00		Parcial	
						05/11/2012	4.469,76	3.724,80		PG	0,00
2081	<u>646942156</u>	00065031567201215	20/01/2016	27/01/2012	R\$ 4.000,00	31/10/2016	208,17	208,17		Parcial	
						30/11/2016	210,34	210,34		Parcial	
						29/12/2016	212,48	212,48		Parcial	
						31/01/2017	212,48	212,48		Parcial	
						23/02/2017	217,03	217,03		Parcial	
						31/03/2017	218,83	218,83		Parcial	
						30/05/2017	222,62	222,62		Parcial	
						31/07/2017	226,21	226,21		Parcial	
						29/08/2017	227,85	227,85		Parcial	
						28/09/2017	229,50	229,50		Parcial	
						31/10/2017	230,82	230,82		Parcial	
						26/12/2017	233,32	233,32		Parcial	
						26/12/2017	233,32	233,32		Parcial	
						31/01/2018	234,43	234,43		Parcial	
						28/02/2018	231,32	231,32		Parcial	
						28/03/2018	232,29	232,29		Parcial	
						30/04/2018	233,38	233,38		Parcial	
						30/05/2018	234,45	234,45		Parcial	
						29/06/2018	282,62	282,62		PP - DA	1.056,34
2081	<u>646946159</u>	00065031567201215	29/05/2015	27/01/2012	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	<u>648112154</u>	00065045563201214	07/08/2015	16/03/2012	R\$ 7.000,00		0,00	0,00		DA	10.591,70
2081	<u>652432150</u>	00065095007201370	31/08/2018	19/03/2013	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		DC2	4.000,00
2081	<u>652433158</u>	00065094969201310	12/02/2016	13/01/2013	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	<u>652434156</u>	00065094962201390	12/02/2016	19/02/2013	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	<u>652435154</u>	00065094977201358	12/02/2016	21/02/2013	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	<u>652502164</u>	00065094998201373	19/02/2016	08/01/2013	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	<u>652503162</u>	00065094984201350	19/02/2016	15/01/2012	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	<u>652504160</u>	00065095029201330	19/02/2016	12/02/2013	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	<u>658577169</u>	00065123928201500	16/03/2017	06/11/2014	R\$ 7.000,00		0,00	0,00		PU1	9.146,20
2081	<u>659974175</u>	00065123923201579	07/07/2017	17/03/2015	R\$ 4.000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
<b>Total devido em 27-07-2018 (em reais):</b>											<b>24.794,24</b>

Legenda do Campo Situação

- DC1 - Decidido em 1ª instância mas ainda aguardando ciência
- PU1 - Punido 1ª Instância
- RE2 - Recurso de 2ª Instância
- ITD - Recurso em 2ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator
- DC2 - Decidido em 2ª instância mas aguardando ciência
- DG2 - Deligências por iniciativa da 2ª instância
- CAN - Cancelado
- PU2 - Punido 2ª instância
- IT2 - Punido pq recurso em 2ª foi intempestivo
- RE3 - Recurso de 3ª instância
- ITT - Recurso em 3ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator
- IN3 - Recurso não foi admitido a 3ª instância
- AD3 - Recurso admitido em 3ª instância
- DC3 - Decidido em 3ª instância mas aguardando ciência
- DG3 - Deligências por iniciativa da 3ª instância
- RVT - Revisto
- RVS - Processo em revisão por iniciativa do interessado
- INR - Revisão a pedido ou por iniciativa da anac não foi admitida

- PU3 - Punido 3ª instância
- IT3 - Punido pq recurso em 3ª instância foi intempestivo
- RAN - Processo em revisão por iniciativa da ANAC
- CD - CADIN
- EF - EXECUÇÃO FISCAL
- PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA
- GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE
- SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICIAL
- SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICIAL
- GDE - Garantia da Execução por Depósito Judicial
- PC - PARCELADO
- PG - Quitado
- DA - Dívida Ativa
- PU - Punido
- RE - Recurso
- RS - Recurso Superior
- CA - Cancelado
- PGDJ - Quitado Depósito Judicial Convertido em Renda

Tela Inicial  Imprimir  Exportar Excel